



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE MAIO DE 2021

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2021

**CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O SENHOR ANDERSON LUIZ SILVA DUQUE, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA-** O contratante através deste instrumento contrata o senhor **ANDERSON LUIZ SILVA DUQUE**, portador do RG nº 7.805.758 SSDS/PB, e CPF nº 074.993.384-44, residente e domiciliado na Av. João Barros, nº111, Boa Vista, Recife-PE, para a função de **PSICOLOGO**, no **CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL-CRAS**, no município de Congo-PB sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

**CLAUSULA SEGUNDA-** Pelos serviços prestados, pelo CONTRATADO, a remuneração será correspondente a R\$1.700,00(Mil e Setecentos Reais), pagos mensalmente.

**PARAGRAFO ÚNICO-** A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidente, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA-** O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 17 de março de 2021, e encerrando-se em 17 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA-** Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

**CLÁUSULA QUINTA-** Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

**CLÁUSULA SEXTA-** Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

**CLÁUSULA SÉTIMA-** O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

**CLÁUSULA OITAVA-** O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

**CLÁUSULA NONA-** O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

**CLÁUSULA DÉCIMA-** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

8.244.2009.2054-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-** Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de maio de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
**CONTRATANTE**

**ANDERSON LUIZ SILVA DUQUE**  
**CONTRATADO**



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE MAIO DE 2021

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66 /2021

**CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA LEILYANE KAROL RAPOSO SILVA, NESTE ATO DENOMINADA CONTRATADA DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTES:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA-** O contratante através deste instrumento contrata a senhora **LEILYANE KAROL RAPOSO SILVA**, portadora do RG nº. 50.188.759-3 SSP/SP, e CPF nº.121.672.464-47, residente e domiciliada na Rua Jose Lucas Irmão, nº335, centro, Congo-PB, para a função de **PSICOLOGA**, designada para o **CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL-CAPS**, no município de Congo-PB sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de ac ordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

**CLAUSULA SEGUNDA-** Pelos serviços prestados, pela CONTRATADA, a remuneração será correspondente a R\$ 1.800,00(Mil e Oitocentos Reais), pagos mensalmente.

**PARAGRAFO ÚNICO-** A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidido, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA-** O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de maio de 2021, e encerrando-se em 01 de novembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao termino do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA-** Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

**CLÁUSULA QUINTA-** Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

**CLÁUSULA SEXTA-** Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

**CLÁUSULA SÉTIMA-** O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

**CLÁUSULA OITAVA-** O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

**CLÁUSULA NONA-** O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

**CLÁUSULA DÉCIMA-** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

06.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.2011.2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-** Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de maio de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
**CONTRATANTE**

**LEILYANE KAROL RAPOSO SILVA**  
**CONTRATADA**



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE MAIO DE 2021

### TERMO DE CESSÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR Nº. 001/2021

TERMO DE CESSÃO DE USO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Congo-PB, e a Secretaria Municipal de Saúde de Congo-PB, do veículo V/Novo Gol TL MBV, Placa: QFT 3975/PB, na forma abaixo tabulada.

A Prefeitura Municipal de Congo, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Romualdo Antonio Quirino de Sousa, doravante denominado de CEDENTE e a Secretaria Municipal de Saúde CNPJ: 11.436.548/0001-03, de Congo-PB, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Josefa Sandra Ferreira, Matrícula nº 1202088/2021, CPF nº 273.532.668-30, doravante denominada de CESSIONÁRIA, resolvem na melhor forma do direito celebrarem entre si o presente **TERMO DE CESSÃO DE USO**, mediante as cláusulas e condições seguintes que entre si ajustam e acordam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto do presente Termo de Cessão de Uso, a cessão, a título gratuito, do veículo marca/modelo VW/NOVO GOL/TL MBV, placa QFT-3975-PB, pertencente à PREFEITURA MUNICIPAL/ GABINETE DO PREFEITO.

**PRARÁGRAFO PRIMEIRO** - Neste ato, a CEDENTE formaliza à CESSIONÁRIA a administração, uso, conservação e demais responsabilidades e despesas de manutenções oriundas do veículo recebido.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CESSIONÁRIA, por este instrumento e na melhor forma do direito declara aceitar o aludido veículo para uso exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A presente cessão condiciona as seguintes obrigações:

I – Para a CESSIONÁRIA:

- usar o veículo ora entregue adequadamente, sempre conduzido por pessoa habilitada, com rigor, sua finalidade, capacidade, bem como conservá-lo como se seu fosse, devendo mantê-lo em perfeito estado de conservação e funcionamento, usando, inclusive, a identificação oficial no veículo;
- mandar fazer, às suas expensas exclusivas, nas épocas certas e por pessoas especializadas, a manutenção que se fizerem necessárias e, também, a responder pelas despesas com combustível, pagamento de taxas, multas e licenciamento;
- responsabilizar-se, em caso de dano ao bem, por sua integral reparação, ou, em caso de sua destruição total, pelo pagamento do preço atualizado;
- na eventualidade de furto ou roubo do veículo, efetuar a substituição por outro com as mesmas características e em iguais condições de conservação e funcionamento;
- responder civilmente pelos danos que, em função da utilização do bem, causar a terceiros durante a vigência deste Termo;
- utilizar o veículo acima mencionado exclusivamente em serviço, no interesse da Secretaria Municipal de Administração;

II – Para a CEDENTE:

- entregar o bem devidamente registrado junto ao DETRAN-PB;
- realizar Relatório de Vistoria do veículo entregue, evidenciando em que estado se encontra, bem como o valor de mercado, no momento da entrega e no momento da restituição;

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Verificado o descumprimento de quaisquer das condições mencionadas neste instrumento, serão fixadas as responsabilidades decorrentes dos fatos apurados, resguardados os imperativos legais e os preceitos da hierarquia funcional.

**CLÁUSULA QUARTA** – Este Termo de Cessão de Uso vigorará por 01 (UM) mês, contados a partir da data de sua assinatura, e seus efeitos jurídicos dar-se-ão a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, cuja providência ficará a cargo da CEDENTE.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Transcorrido o prazo estipulado nesta Cláusula, a CESSIONÁRIA se compromete a restituir o veículo objeto do ajuste nas mesmas condições em que foi recebido, ressalvados os desgastes naturais decorrentes do uso e do decurso do tempo.

**CLÁUSULA QUINTA** – Considerar-se-á rescindindo o presente termo pela superveniência de lei que venha a torná-lo substancial ou formalmente impraticável.

E, por assim se declararem ajustados, assinam CEDENTE e CESSIONÁRIA, por seus representantes legais.

Congo-PB, 01 de maio de 2021.

Pelo CEDENTE:  
Romualdo Antônio Quirino de Sousa  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

Pela CESSIONÁRIA:  
Josefa Sandra Ferreira  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE MAIO DE 2021

### CONTRATO Nº 10/2021

**CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE CONGO E CARLOS ANDRÉ FERNANDES, CONGO-PB - ART. 24, INCISO X, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.**

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICIPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Senador Rui Carneiro, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito, ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA, brasileiro, casado residente e domiciliado na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e CARLOS ANDRÉ FERNANDES, pessoa física, residente domiciliado na Rua Moisés Conegundes de Oliveira, S/N, Centro, Congo-PB, inscrito no CPF. Sob o nº.068.450.874-58, RG nº 2.882.71 SSP/PB, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionalizado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel, situado a Rua Moisés Conegundes de Oliveira, S/N, com área edificada de 5m de frente por 23m de fundos, totalizando 115m, para sediar o Espaço Criança Feliz, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ 500,00(Quinhentos Reais), totalizando, nos 06 (seis) meses, o valor de R\$3.000 (Três Mil e Reais).

#### CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á da seguinte forma:

§1º O LOCADOR deverá expedir, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da locação, RECIBO DE ALUGUEL, em nome do MUNICÍPIO DE CONGO, em que conste:

- O valor do aluguel de forma numérica e por extenso;
- O nome e CPF do LOCADOR;
- O CNPJ do Município de Congo (CNPJ/MF sob o nº. 08.870.164/0001-81);
- O número do empenho;
- O endereço completo do terreno locado;
- O período referente ao aluguel;

§2º. A apresentação deste documento não exime o LOCADOR da exibição de outros que seja necessário para atestar o regular pagamento dos encargos mobiliários e imobiliários, ou outros a que esteja obrigado, os quais deverão ser providenciados, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da solicitação.

§3º. O LOCADOR deverá indicar, por meio de ofício a ser entregue ao gestor de contrato, no prazo de 05(cinco) dias após a assinatura do contrato, o número de conta bancária aberta em seu nome, o número da agência e o nome da instituição bancária em que serão efetuados os depósitos.

#### CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo (a) gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de aluguel e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do LOCADOR, conforme descrito na Cláusula Oitava deste

contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do LOCADOR sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

§5º. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente, através de ofício, ao (à) gestor de contrato da Comissão de Licitações e Contratos, que tomará as providências cabíveis.

§6º. Antes de comunicar as ocorrências ao (à) gestor de contrato, a Comissão de Licitação poderá comunicar oficialmente ao LOCADOR sobre o problema ocorrido, estabelecendo prazo razoável para resposta.

Findo esse prazo, apresentada ou não a resposta, enviará comunicação ao (à) gestor do contrato.

§7º. Caberá à Comissão de Licitação o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

§8º. Constatando-se que o imóvel não atende a finalidade ou caso haja necessidade de manutenção ou reparos no mesmo, cuja responsabilidade seja do LOCADOR, o(s) gestor (es) de contrato, expedirá (ão) ofício à contratada, comunicando e justificando as razões e ainda notificando-a para que efetue as correções no prazo razoável considerando o tipo de reparo, sendo o mesmo objeto de acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações do LOCADOR, durante todo o prazo de vigência contratual:

§1º. Gerais:

I- Responsabilizar-se, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, pelos danos causados diretamente ao LOCATÁRIO ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosas ou culposas, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização realizada pelo LOCATÁRIO;

II- Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABITAÇÃO exigidas por lei;

III- Comunicar à fiscalização, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com ou no imóvel;

IV- Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitadas pelos LOCATÁRIOS, ou por seus prepostos, sobre o objeto;

V- Efetuar manutenção e possíveis reparos no imóvel decorrentes de desgaste natural do mesmo, ou quaisquer outros não relacionados ao seu uso devido, visando repor as condições de habitabilidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação, além de pagar as despesas extraordinárias de condomínio. Caso haja necessidade de dilação do prazo, este deverá ser requisitado e justificado pelo LOCADOR através de ofício ao gestor do contrato.

§2º Específicas:

I- Entregar ao LOCATÁRIO o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, incluindo a pintura;

II- Garantir ao LOCATÁRIO, durante o tempo de locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III- Manter, durante o período da locação, a forma e a destinação do imóvel;

IV- Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação.

V- Fornecer, num prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da assinatura do contrato, ao LOCATÁRIO, caso este solicite, laudo descritivo do imóvel, onde conste estar o mesmo em condições estruturais para a execução do objeto contratual, bem como a descrição minuciosa do estado em que será entregue o mesmo, através de laudo de vistoria, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes:

a- O laudo de vistoria deverá conter fotos de todos os cômodos do imóvel (pisos, pintura, instalações

elétrica etc.), a fim de demonstrar a condição em que o imóvel foi entregue. Depois de concluído e aprovado, o termo de vistoria inicial passará a ser parte integrante do presente instrumento contratual, sendo a ele anexado ao processo administrativo respectivo.

b- Havendo divergência quanto à descrição constante no laudo de vistoria, o órgão beneficiário do imóvel comunicará, através de ofício dirigido ao (à) gestor (a) de contrato, os pontos do laudo sobre os quais diverge, para que o (a)





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE MAIO DE 2021

gestor (a) de contrato, em conjunto com o LOCADOR, realize a conferência no local e proceda às correções necessárias.

c- Em, no mínimo, 120(cento e vinte) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final provisório e entregá-lo ao (à) gestor de contrato, que o submeterá à aprovação do LOCATÁRIO, verificando as reais condições do imóvel e confrontando com o termo de vistoria inicial.

d- Em, no mínimo, 30(trinta) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final definitivo e entregá-lo ao (à) gestor de contrato que procederá conforme a alínea "c" supra.

VI- Fornecer ao LOCATÁRIO o recibo de aluguel em conformidade com o disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Quinta deste contrato.

VII- Pagar os impostos e as taxas, incluindo-se o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e suas taxas agregadas, tais como coleta de lixo e combate a incêndio, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;

VIII-Exibir ao LOCATÁRIO, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

IX- Permitir ao LOCATÁRIO, ao final da vigência contratual, a retirada das redes elétrica e lógica por ele instaladas para adequação das instalações do imóvel às suas necessidades.

### CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do LOCATÁRIO:

I- Pagar o valor devido ao LOCADOR no prazo avençado;

II- Acompanhar e fiscalizar o objeto em todas as suas etapas, registrando as ocorrências;

III- Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu.

IV- Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

V- Levantar imediatamente ao conhecimento do LOCADOR o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

VI- Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, visitantes ou prepostos. Quanto às benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR e permitem o exercício do direito de retenção por parte do LOCATÁRIO;

VII- Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;

VIII- Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida ao próprio LOCATÁRIO;

IX- Pagar as despesas de telefone e de consumo de força, energia elétrica e gás, água e esgoto, e quaisquer outras que vierem a gravar o imóvel durante o prazo de vigência do contrato;

X- Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art.27 da Lei 8.245/91

### CLÁUSULA NONA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas em lei e, em caso de desapropriação do imóvel ou de sinistro que inviabilize a sua utilização, ficando este pacto automaticamente rescindido. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGO.

Parágrafo Único: Na hipótese de rescisão por culpa do LOCADOR, fica este obrigado ao pagamento de multa referente ao valor de 03 (três) meses de aluguel, e aceitar a permanência do LOCATÁRIO no imóvel por pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias.

### CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária.

07.00 –SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- SASDE

08.243.2009.2050-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FNAS-CRIANÇA FELIZ

3.3.90.36.01- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Sumé-Paraíba, não obstante qualquer mudança de domicílio

do LOCADOR que, em razão disso, é obrigado a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas de direito permitidas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Congo, 01 de maio de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO**  
**Locatário**

**CARLOS ANDRE FERNANDES**  
**Locador**